



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, ESTADO DE MINAS GÉRIAS.**

REF. Processo Licitatório 94/2019 – Pregão eletrônico nº 064/2019

NILSON MOREIRA CARDOSO – ME, microempresa inscrita no CNPJ sob o nº 17.121.657/0001-00, com sede na Avenida Arlindo Porto, nº 44, B. Cristo Redentor, em Patos de Minas – MG, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, por intermédio de seu procurador que esta subscreve, cujo endereço profissional segue no rodapé da presente manifestação, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2019**, nos termos que passa a expor.

I – DA INOBSERVÂNCIA AO ART. 48, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Impugnante, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, acessou o respectivo edital e se deparou com a ausência de cota de 25% reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da LC 123/2006, com modificações pela LC 147/2014.

Analizando detidamente o edital em questão, constata-se que a única menção existente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte encontra-se no item VII – 6, onde se lê:

Rua Joaquim das Chagas, 789
Várzea - Patos de Minas - MG
3621 7208 - advocaciamacro.com.br

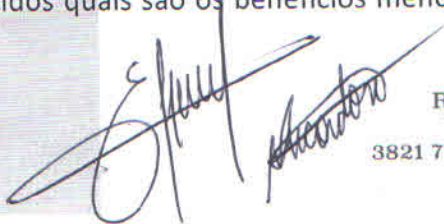
"6. Se a empresa licitante tiver interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/06 e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração de Condição de Microempresa ou EPP e/ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida nos últimos 60 dias, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios. "

Ao mencionar os benefícios constantes da LC 123/06, a Impugnada deveria ter especificado quais seriam os mesmos, uma vez que a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte é um desses benefícios constantes em referida lei, não estando, contudo, expresso no edital.

Sucedo que tal ausência é absolutamente ilegal, uma vez que além de afrontar diretamente a LC 123/2006, ao deixar de reservar a cota de 25% para ME's e EPP's, também fere as normas que regem o procedimento licitatório, notadamente o art. 3º da lei 8.666/1993, senão vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Pelo princípio da vinculação ao edital, neste caso concreto, faz-se necessário que sejam esclarecidos quais são os benefícios mencionados, uma vez que



sua menção de forma genérica traz insegurança jurídica a todos os participantes do certame.

Isso porque um dos mais importantes benefícios trazidos pela LC 147/2014 é justamente a obrigatoriedade de reserva de cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte. Assim, se o edital estabelece que os benefícios da LC 123/06 serão aplicados, mas deixa de estabelecer as mencionadas cotas, pergunta-se: elas existem ou não neste processo licitatório?

Neste contexto, nota-se que o edital ora impugnado carece da mínima segurança jurídica.

Fato é que o art. 48, III, da LC 123/06, com alteração pela LC 147/14, prevê a obrigatoriedade de se estabelecer o regime de cotas reservadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o que não se encontra previsto de forma expressa no edital ora impugnado. Senão vejamos:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

O grifo na palavra “deverá” foi feito justamente para destacar que se trata de uma obrigação, e não uma faculdade. Neste sentido, a jurisprudência é pacífica:



EMENTA: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FORMALIZAÇÃO – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS – JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO – PESQUISA DE MERCADO – ITENS EXCLUSIVOS – COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – IRREGULARIDADE – MULTA – RECOMENDAÇÃO. A ausência de itens exclusivos e do estabelecimento de cotas de até 25% para as ME e EPP fere o disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, que é taxativa ao estabelecer o dever de realizar a licitação exclusiva, não deixando margem para o gestor escolher, salvo na ocorrência de situação delineada no artigo 49, hipótese que, em atenção ao princípio da motivação, deve ser previamente justificada nos autos. Tal conduta e a ausência de apresentação de documentos obrigatórios exigidos constitui infração às normas legais e do manual de remessa de informações vigente à época, o que impõe a declaração de irregularidade do procedimento licitatório, que deu origem a Ata de Registro de Preços, e aplicação de multa ao responsável. Ante as irregularidades verificadas, cabe recomendação ao atual gestor que adote como boa prática para o processamento das contratações públicas, assim como dos demais atos administrativos do Município. (DELIBERAÇÃO AC02 - 1060/2019 - PROCESSO TC/MS :TC/10123/2018).

Portanto, nota-se a existência de grave afronta às garantias concedidas às microempresas e empresas de pequeno porte pela mencionada lei complementar, de modo a afastar as referidas empresas da concorrência, o que ocasiona a irregularidade do procedimento licitatório.



Importante observar que, conforme restou observado na ementa acima colacionada, caso se fizesse presente alguma das exceções contempladas pelo art. 49 da LC 123/06, tal situação deveria vir expressa no edital, o que não ocorreu neste caso.

Neste contexto, a medida que se impõe é a revisão imediata do edital impugnado, incluindo-se em sua redação a cota de 25% para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

II – DA TROCA PERIÓDICA DE EQUIPAMENTOS DURÁVEIS

No anexo VII, mais especificamente no item IV – título VI – “DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES”, nota-se que foi estabelecida a obrigação de contratada de “substituir anualmente válvula reguladora, fluxômetro, látex, cateter nasal ou máscara nasal e umidificador”. Tal previsão é reproduzida no item 3.3.3 da minuta contratual, que também constitui anexo do edital.

Ocorre que entre os itens mencionados, existem três que são produtos duráveis, não havendo justificativa ou fundamento lógico para se exigir sua substituição anual. São eles: válvula reguladora, fluxômetro e umidificador.

Portanto, se tratando de produtos duráveis, a troca deve ser efetivada apenas no caso de apresentarem falhas ou defeitos.

Há que se ressaltar que a obrigatoriedade de troca de válvula reguladora, fluxômetro e umidificador em todos os equipamentos importaria em uma despesa inócua que inviabilizaria a operação, além de gerar um desperdício de equipamentos operantes e em perfeitas condições de uso.



É sabido que nas licitações a administração pública deve, além de buscar o menor preço, promover a sustentabilidade por meio da observância dos impactos gerados para a produção do bem a ser adquirido, o que não coaduna com a obrigatoriedade de, conforme já exposto, inutilizar produtos em perfeito estado de uso para substituí-los mesmo sem terem apresentado qualquer defeito.

Assim, o Impugnante pede esclarecimento neste ponto específico e requer, desde já, a alteração do texto do edital para: “ São obrigações da CONTRATADA (...) Substituir **SEMPRE QUE SE FIZER NECESSÁRIO (POR DESGASTE, DEFEITO OU INOPERÂNCIA)** válvula reguladora, fluxômetro, látex, cateter nasal ou máscara nasal e umidificador.

III – DOS LIMITES DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Da análise do anexo VII do edital ora impugnado, extrai-se o seguinte texto:

II– JUSTIFICATIVA: A locação de concentrador de oxigênio se faz necessária para substituir os cilindros de oxigênio, visando:

Maior comodidade para o paciente uma vez que o concentrador pode ser transportado, caso seja necessário realizar viagens podendo permanecer o tempo que for necessário. Neste caso, para o trajeto é necessário levar o cilindro (bala) de Oxigenio;

Mais adiante, no mesmo documento encontramos a seguinte disposição:



III- FORNECIMENTO

(...)

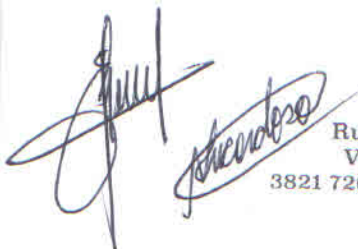
2. Será de inteira responsabilidade da contratada, o fornecimento e a recarga do cilindro, independente do motivo (falta de energia ou defeito), sendo assim a contratada será única responsável e competente pelo manuseio do equipamento e dos cilindros que serão fornecidos em comodato. Ficando com juízo de discricionariedade o prazo que a mesma sanará o defeito, desde que seja razoável e não venha a causa prejuízo a saúde do paciente.

Neste ponto, a responsabilidade do Contratado deve, necessariamente, ser limitada a uma determinada área.

Ora, suponhamos que o paciente viaje para outro Estado com o equipamento e se faça necessária a recarga do cilindro, como seria possível responsabilizar o Contratado pela recarga?

Da forma como se encontra exposto no mencionado anexo, a responsabilidade do Contratado é praticamente ilimitada a qualquer lugar do mundo, uma vez que não determina que a recarga deva ser feita apenas nos limites do município para o qual se estabelece a presente licitação.

Desta feita, há que se modificar o teor do anexo VII do edital impugnado para (...) 2. Será de inteira responsabilidade da contratada, desde que dentro dos limites do município de Presidente Olegário – MG, o fornecimento e a recarga do cilindro, independente do motivo (falta de energia ou defeito), sendo assim a contratada será única responsável e competente pelo manuseio do equipamento e dos cilindros que serão fornecidos em comodato (...)



Existe, ainda, uma correção a ser feita no anexo VII, no campo "II – JUSTIFICATIVA", segundo item, uma vez que trata-se o oxigênio de um gás não inflamável.

IV – CONCLUSÃO

Certo de poder contar com o notório saber dos Ilustres Membros da Comissão Permanente de Licitação e da Ilma. Autoridade competente para o julgamento da presente impugnação, o Impugnante pleiteia pelo acatamento e total procedência da presente impugnação, para:

- a) Revisar o edital impugnado, para, nos termos do art. 48, III, da LC 123/2006, com modificações pela LC 147/2014, reservar cota de 25% para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) Estabelecer a troca da válvula reguladora, fluxômetro e umidificador dos equipamentos fornecidos em comodato apenas caso seja necessário e não anualmente;
- c) Estabelecer que a responsabilidade do contratado em manusear, recarregar ou reparar o equipamento fornecido em comodato se limite à área do município de Presidente Olegário.





Seja suspenso o certame licitatório até que se julgue a presente impugnação, exarando-se, por derradeiro, decisão juridicamente fundamentada.

Solicita, o encaminhamento da decisão para o e-mail patosoxigenio@hotmail.com com cópia para seu procurador eduardo@advocaciamacro.com.br.

Termos em que pede deferimento.

Patos de Minas, 06 de janeiro de 2020.



Eduardo Ribeiro de Freitas
OAB/MG 134.599



Nilson Moreira Cardoso - ME
CNPJ 17.121.657/0001-00,

PROCURAÇÃO


OUTORGANTE: NILSON MOREIRA CARDOSO – ME, microempresa inscrita no CNPJ sob o nº 17.121.657/0001-00, com sede na Avenida Arlindo Porto, nº 44, B. Cristo Redentor, em Patos de Minas – MG.

OUTORGADO: Eduardo Ribeiro de Freitas, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 134.599, com escritório profissional na Rua Farnese Maciel, nº 474, Loja B, Centro, em Patos de Minas – MG.

FINALIDADE: Agir judicialmente e extrajudicialmente em seu interesse com o fim de apresentar pedido de esclarecimento, impugnação e/ou recurso ao edital do processo licitatório nº 94/2019, junto à Prefeitura Municipal de Presidente Olegário – MG.

PODERES: Amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, perante qualquer juízo, instância ou tribunal e cláusula “AD JUDICIA” e “EXTRA” podendo para tanto propor ações, prestar esclarecimentos, juntar documentos, contestar, embargar, requerer, desistir, transigir, apresentar documentos, assinar requerimentos, comparecer em audiências, receber, indicar bens à penhora, recorrer, dar quitação, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, desistir, substabelecer, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste.

Patos de Minas, 03 de janeiro de 2020.


NILSON MOREIRA CARDOSO – ME

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PLACAR DIREITO

NILSON MOREIRA CARDOSO

CARTÃO DE IDENTIDADE

MAO QUADRO DE OBRAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Nilson M. Cardoso

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL MG-3.531.236 DATA DE
EXPEDIÇÃO 09/11/1999

NOME
NILSON MOREIRA CARDOSO

FILIAÇÃO
FRANCISCO PEREIRA CARDOSO
MARIA MADALENA MOREIRA CARDOSO

NATURALIDADE
PATOS DE MINAS-MG DATA DE NASCIMENTO
16/2/1963

LOCAL DE ORIGEM NASC. LV-35 FL-288

PATOS DE MINAS-MG

CPF 480277406-06

BELO HORIZONTE, MG

PTI-2210

ASSINATURA DO DIRETOR

2. VIA

LEI Nº 118 DE 29/08/83

NASCIMENTO 16.02.63

INSCRIÇÃO NO CPF 480.277.406-06

CONTRIBUINTE

NILSON MOREIRA CARDOSO

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: NILSON MOREIRA CARDOSO - ME

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3111088676-9	17.121.657/0001-00	06/11/2012	03/12/2012

Endereço Completo:

AVENIDA ARLINDO PORTO 44 - BAIRRO CRISTO REDENTOR CEP 38700-222 - PATOS DE MINAS/MG

Objeto Social:

COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS, ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE SEM OPERADOR, ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR.

Capital: R\$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

MICRO EMPRESA
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 28/05/2018

Número: 6872554

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ Endereço

Nome do Empresário: NILSON MOREIRA CARDOSO

Identidade: MG-3.531.236

CPF: 480.277.406-06

Estado Civil: Separado Judicialmente

Regime de Bens: xxxxxxx

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 03 de Janeiro de 2020 16:10

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETARIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C200000016118 e visualize a certidão)



20/003.177-5



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) NILSON MOREIRA CARDOSO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SEPARADO JUDICIALMENTE	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILHO DE (pai) FRANCISCO PEREIRA CARDOSO		(mãe) MARIA MADALENA MOREIRA CARDOSO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 16/02/1963	IDENTIDADE (número) MG-3.531.236	Órgão Emissor SSP	UF MG
CPF (número) 480.277.406-06			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA DO ACRE			NÚMERO 830
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO SANTA TEREZINHA		CEP 38700348
MUNICÍPIO PATOS DE MINAS			UF MG
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer a Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL NILSON MOREIRA CARDOSO			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) AVENIDA ARLINDO PORTO			NÚMERO 44
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CRISTO REDENTOR		CEP 38700222
MUNICÍPIO PATOS DE MINAS	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) RCESARBRAGA@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4684299 Atividades secundárias 4744001 4773300 4789099 7739099	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE SEM OPERADOR. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 03/12/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) <i>Nilson Moreira Cardoso</i>			
DATA DA ASSINATURA 05/11/2012	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Nilson Moreira Cardoso</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE <i>Amélia Maria</i> Mônica Fátima - Patos de Minas 06/11/12		AUTENTICAÇÃO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 3111088676-9 EM 06/11/2012 #NILSON MOREIRA CARDOSO# PROTÓCOLO: 12/667.123-1 AF0465473 <i>Marcelo de Paula</i> SECRETARIA GERAL	





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31110886769

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: NILSON MOREIRA CARDOSO - ME
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J183353101378

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

PATOS DE MINAS

Local

28 Maio 2018

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6872554 em 28/05/2018 da Empresa NILSON MOREIRA CARDOSO - ME Nire 31110886769 e protocolo 183229878 - 28/05/2018. Autenticação: 62FCBA7B3CDE64CA9901E6E46608EF7F0F634. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/322.987-8 e o código de segurança JIMO Esta cópia foi autenticada



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/322.987-8	J183353101378	28/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
480.277.406-06	NILSON MOREIRA CARDOSO





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3111088676-9		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) NILSON MOREIRA CARDOSO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SEPARADO JUDICIALMENTE	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO FRANCISCO PEREIRA CARDOSO		(mãe) MARIA MADALENA MOREIRA CARDOSO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 16/02/1963	IDENTIDADE (número) MG-3.531.236	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 480.277.406-06	
EMAIL RCESARBRAGA@HOTMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R DO ACRE			NÚMERO 830
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO SANTA TEREZINHA	CEP 38700350	
MUNICÍPIO PATOS DE MINAS	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL NILSON MOREIRA CARDOSO - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) AVENIDA ARLINDO PORTO			NÚMERO 44
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CRISTO REDENTOR	CEP 38700222	
MUNICÍPIO PATOS DE MINAS	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) RCESARBRAGA@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4684299 Atividades secundárias 4773300 4789099 7739002 7739099	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS, ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE SEM OPERADOR, ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 03/12/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.121.657/0001-00	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 25/05/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/322.987-8	J183353101378	28/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
480.277.406-06	NILSON MOREIRA CARDOSO





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NILSON MOREIRA CARDOSO - ME, de nire 3111088676-9 e protocolado sob o número 18/322.987-8 em 28/05/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6872554, em 28/05/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Marcus Antonio Gazolla.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
480.277.406-06	NILSON MOREIRA CARDOSO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
480.277.406-06	NILSON MOREIRA CARDOSO

Belo Horizonte, Segunda-feira, 28 de Maio de 2018

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6872554 em 28/05/2018 da Empresa NILSON MOREIRA CARDOSO - ME, Nire 31110886769 e protocolo 183229878-28/05/2018. Autenticação: 62FCBA7B3CDE64CA9901E6E46608EF7F0F634. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/322.987-8 e o código de segurança JIMO Esta cópia foi autenticada



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por:

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
046.636.196-30	MARCUS ANTONIO GAZOLLA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Segunda-feira, 28 de Maio de 2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6872554 em 28/05/2018 da Empresa NILSON MOREIRA CARDOSO - ME, Nire 31110866769 e protocolo 183229878 - 28/05/2018. Autenticação: 62FCBA7B3CDE64CA9901E6E46608EF7F0F634. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/322.987-8 e o código de segurança JIMO Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.